

Quercus denuncia abate inútil de árvores em Braga e oportunidade perdida para rede ciclável

31 de Julho, 2020

A Quercus Braga e a Braga Ciclável reuniram na tarde de ontem com a Câmara Municipal de Braga (CMB), em representação do movimento “SOS – Árvores de Braga” criado por um grupo de cidadãos bracarenses, com o intuito de impedir a destruição escusada de mais árvores saudáveis. De forma intencional e provocatória, porém, entre a marcação da reunião (23/7) e a data da mesma (29/7) a Câmara de Braga procedeu no dia 25/7 ao abate de 12 árvores saudáveis existentes na subida para o Bom Jesus (Av. dos Lusíadas) das 19 previstas “transplantar” nesta fase. Na reunião veio a confirmar-se que a Câmara tenciona prosseguir o abate de, pelo menos, mais dez árvores. No entanto, analisando o projeto verifica-se que está prevista a remoção de cerca de quatro dezenas de árvores.

A Quercus e a Braga Ciclável não compreendem nem aceitam que se desperdicem fundos europeus em obras que implicam o abate de árvores saudáveis que tanta falta fazem ao meio urbano, principalmente porque há espaço suficiente para a intervenção sem a remoção das árvores. Uma árvore adulta em zonas urbanas visa não só providenciar sombra e o arrefecimento da cidade, mas também a absorção da poluição sob a forma de CO₂, assim como o aumento da biodiversidade e purificação do ar.

O abate das árvores é justificado pelo Município com a extensão de 700m de ligação da atual ciclovia da encosta até perto da Universidade do Minho. Porém, conforme se verificou na referida reunião, a ciclovia não está ligada nem articulada com o campus de Gualtar e a própria Câmara Municipal admite que este é um projeto temporário, uma vez que será repensado com a futura urbanização da Quinta dos Peões (que se interpõe entre a Av. dos Lusíadas e a Universidade).

Se há espaço na Quinta dos Peões suficiente para a construção da ciclovia definitiva por que razão se optou por um projeto a prazo com tantos custos ambientais? Apesar de o Município garantir que vai plantar nove novos exemplares em substituição, os mesmos demorarão cerca de 20 anos a fazer a mesma sombra dos preexistentes, e nesse entretanto, esta via mais exposta ao sol ficará muito diminuída em termos de atratividade, quer para ciclistas quer para peões.

Além disso, o troço de ciclovia que a Câmara pretende construir entre a Av. dos Lusíadas e as proximidades da Universidade do Minho corresponde a uma má solução técnica. Em primeiro lugar, de forma errada, retira espaço aos peões quando há 16 metros dedicados ao automóvel que, se tivessem sido devidamente tratados, permitiriam a manutenção das quatro vias de trânsito e o acrescento de duas ciclovias unidireccionais.

Por outro lado, é uma ciclovia descontínua que implica desmontar da bicicleta em vários locais do seu pequeno percurso (o que constitui um fator dissuasor da sua utilização), é uma ciclovia bidirecional (a bidirecionalidade aumenta o risco de colisões em 13 vezes) e inclui viragens com ângulos de 90 graus e de costas para o trânsito automóvel. É também uma solução insegura pois nas rotundas não é garantida a necessária acalmia de tráfego nos atravessamentos para peões e velocípedes.

De acordo com o PDM, e com as melhores práticas internacionais, “os percursos cicláveis devem ter ligações claras e diretas, através das ruas que facilitam uma rede legível dos percursos que as pessoas seguem”, ora com a ciclovia a derivar para os prédios amarelos, perde-se a ligação direta. Note-se que dos critérios funcionais a salvaguardar (pág. 951 do Relatório de Revisão do PDM), praticamente nenhum é salvaguardado.

De acordo com a Câmara Municipal de Braga, a IP – Infraestruturas de Portugal impôs que não se interviesse na faixa de rodagem nem no atravessamento da rotunda, sem ter conseguido negociação ou tentativa de negociação de uma solução alternativa, apenas aceitando o que a IP impôs. Porém, como se vê no [site](#) e na informação divulgada pela CMB, a jurisdição da Avenida dos Lusíadas até à entrada da Via Pedonal e Ciclável do Rio Este é Municipal e apenas 100 metros são da jurisdição da IP. A CMB deixou, por isso, a IP impor soluções técnicas em ruas que apresenta como estando sob a jurisdição municipal.

As associações lamentam que a Câmara de Braga desperdice 2,6 milhões de euros na renovação de uma pequena ciclovia acessória, em vez da criação da mais que urgente rede ciclável de Braga. A cidade perdeu, por opção política, uma grande oportunidade dada pelos fundos europeus, esvaziando assim as intenções dos PEDUs e PAMUS de promoção da mobilidade urbana multimodal sustentável. Tudo junto reforça a inutilidade e torna incompreensível o abate das 12 árvores (das 19 árvores previstas “transplantar” nesta fase).

Em Braga, tem vindo a ser habitual o abate de árvores por todo o concelho no âmbito de obras municipais ou privadas. Ao contrário de outras cidades, em Braga não existe um Regulamento Municipal do Arvoredo, o que torna todas estas operações alvo de justificada suspeição adensada pelos elevadíssimos custos de remoção de árvores de grande porte e dos custos de aquisição e plantação dos novos exemplares.

Com um município tão pouco dialogante e cooperativo com os interesses dos seus cidadãos, iremos lutar para que não procedam a mais abates e por uma alteração legislativa que impossibilite, neste século de alterações climáticas drásticas com origem humana, a delapidação de um recurso tão valioso para a conservação da biodiversidade e qualidade de vida nas cidades.